

O Ocidente experimenta o Brasil

The West experiences Brazil

Jonathann Schultz Fuly¹

RESUMO

Este artigo busca demonstrar como o Brasil é parte integrante da civilização ocidental, não sendo apenas um mero tomador de uma identidade, mas, para além disso, considerado como coerdeiro e contribuidor para o dinamismo cultural que é característico do Ocidente. Para tanto, utiliza-se como referência o livro 'O Choque de Civilizações' de Samuel P. Huntington a partir do qual são tomados os conceitos de civilização e Ocidente para, em seguida, serem observadas as características histórico-culturais do Brasil que identificam a posição brasileira como tal, enquanto apontam para a possibilidade de um maior engajamento entre o Brasil e o Ocidente. Ou seja, em que sentido o Ocidente experimenta o Brasil. Assim, abordando o debate sobre as identidades culturais e o estágio em que a civilização ocidental se encontra, conclui-se que a reafirmação da presença brasileira no Ocidente pode significar o início de uma nova etapa de dinamismo desta civilização por se tratar de um encontro entre semelhantes com afinidades culturais e históricas.

Palavras-chave: Brasil; Ocidente; identidade

ABSTRACT

This article seeks to demonstrate Brazil as an integral part of western civilization, being not only a mere identity borrower, but also a co-heir and contributor to the cultural dynamism that is peculiar to the West. For that, the book 'The Clash of Civilizations' of Samuel P. Huntington is used as a reference for the concepts of civilization and West, and then cultural and historical characteristics of Brazil, which identify it as western, are noted whereas pointing to the possibility of a greater exchange among Brazil and

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP); graduando de Comércio Exterior pela Universidade Cruzeiro do Sul; graduando em Relações Internacionais e Política pela University of London. Petrópolis – RJ. E-mail: jonathannschultzfuly@gmail.com

the West. In other words, in what sense the West experiences Brazil. So that, approaching the debate about cultural identities and the stage on which the western civilization finds itself, this article concludes that the reaffirmation of the Brazilian presence in the West could signify the beginning of a new age of civilizational dynamism for it concerns an encounter of similar ones with cultural and historical affinities.

Key-words: Brazil; West; identity

INTRODUÇÃO

Durante todo o período da Guerra Fria, o mundo viu-se metido não apenas no enfrentamento entre duas superpotências nucleares – fazendo com que os membros do sistema internacional, em maior ou menor medida, tivessem que alinhar-se a um dos lados -, mas também se viu no embate entre duas formas de civilização: a ocidental, liderada pelos EUA e seus aliados; e o Comunismo Soviético, liderado pela URSS e suas repúblicas satélites. Neste ambiente de altas tensões da Guerra Fria, relegou-se a segundo plano outras tensões do âmbito cultural em detrimento daquelas protagonizadas pelas duas superpotências, em razão da urgência que significaria uma guerra aberta entre URSS e USA. De modo que, com a vitória do modelo americano, alguns pensadores, como Francis Fukuyama, chegaram apressadamente à conclusão de que a história tivesse chegado ao seu fim, isto é, o triunfo final do capitalismo, da democracia e da ordem liberal no mundo. A evidência empírica mostra-nos justamente o contrário. Durante a década de 90 e os primeiros anos do século XXI, ficou claro que a realidade do pós-guerra fria seria a do ressurgimento do debate identitário cultural e religioso que por anos haviam sido arrefecidos pelo perigo da destruição nuclear mútua. (PINTO & AL., 2004, p. 161)

É neste contexto de retorno às identidades nacionais, aos assuntos internos de cada Estado, ao trabalho de reconhecimento cultural de cada povo e nação, que se traz à baila o debate das relações entre civilizações como forma máxima de agrupamento identitário. Isso coloca a identificação civilizatória de um país como eixo de grande importância para compreensão das suas relações internacionais, não apenas por demonstrar como factualmente entende-se aquele país no âmbito internacional, como também suas possíveis intenções no campo político, o que em

um mundo cada vez mais organizado em grupos de Estados resulta altamente prático na construção das relações diplomáticas.

Assim, utilizar-se-á neste artigo elementos conceituais abordados na obra “O Choque de Civilizações” de Samuel P. Huntington, a saber, o conceito de civilização, e em particular o de civilização ocidental para, em seguida, descrever a posição do Brasil referente ao Ocidente, desde uma análise histórica. Então, é feita uma aproximação das condições civilizacionais em que se encontram o Brasil e o Ocidente e uma breve exposição do *estado da arte* das relações Brasil-Ocidente. O conceito de civilização oferecido por Huntington é cultural e, portanto, à causa do amplo escopo do que se considera cultura, termina por abarcar múltiplos aspectos. Porém, o artigo se limita a demonstrar a pertença do Brasil à civilização Ocidental e o que isso implicaria no tocante a experimentação do Brasil pelo Ocidente. Cabe mencionar que o arcabouço teórico deste artigo consiste no método de abordagem fenomenológica e nos métodos de procedimento histórico e observacional. (PRODANOV & ERNANI, 2013, p. 35-37)

2. CIVILIZAÇÃO

No livro “O Choque de Civilizações” de Samuel P. Huntington, ficam enumeradas as características que muitos acadêmicos apontam como sendo as constituintes de uma civilização. Sobretudo, aponta-se para a realidade essencialmente cultural das civilizações, isto é, as formas de viver, os valores, normas de conduta, modos de pensar que são comuns por seguidas gerações e amplamente aceitos na sociedade. A civilização seria um *destino* inevitável da cultura, sua expressão geral, a sua forma mais externa e abarcadora; sem significar ser uma civilização culturalmente homogênea, pois, cada cultura termina sendo a expressão particular de um todo civilizacional mais amplo que a contém. (HUNTINGTON, 1996, pp. 40-41)

No entanto, dois elementos terminam por adquirir preponderância na constituição de uma civilização: a religião e o idioma, sendo a primeira de considerável maior importância que a segunda. Essas duas características, muito mais que raça ou etnia, são constituidoras de uma identidade comum, e, portanto, elementos essenciais para o agrupamento de sociedades em uma civilização, em especial

quando se tratam de religiões missionárias como o cristianismo e o islamismo. Elas concebem os valores, as crenças, as instituições, e as estruturas da sociedade; ao passo que favorecem o entendimento mútuo e promoção de ações conjuntas (HUNTINGTON, 1996, p.42-43, 47).

Outras características de uma civilização são que elas não possuem uma fronteira claramente demarcada, mais bem são possuidoras de bordas porosas, fluídas. Muitas vezes, as culturas dos povos se sobrepõem, e interagem. Por isso, podem ser redefinidas e sofrem mudanças com o tempo. No entanto, essas linhas de separação não deixam de ser sentidas, permanecendo a civilização como entidade real, presente e de notável homogeneidade. Tanto assim, que outra característica das civilizações é sua longa duração, ainda que possam um dia dissolver e ruir, a civilização é a construção social mais durável (pertence ao *'grand scheme of things'*) e que por isso é dinâmico com períodos de ascensão e queda, perfazendo ciclos a medida que evolui. (HUNTINGTON, 1996, p. 43-44)

Tem-se, portanto, atribuído a existência de pelo menos sete civilizações no mundo contemporâneo, são elas a sínica, japonesa, hindu, islâmica, ortodoxa, latino-americana e a ocidental (HUNTINGTON, 2002, p.45-46). Esta classificação segue a sugerida na obra de Samuel P. Huntington "O Choque de Civilizações" devido a influência que sua obra vem exercendo desde a publicação de seu artigo, e logo do livro, nos anos de 1990. (FERGUSON, 2013, p. 39)

3. SOBRE O OCIDENTE

O Ocidente² é a única civilização que toma para si um ponto cardeal como nome, cuja origem etimológica é a contraposição a um Oriente cartográfico, o que historicamente corresponde aos contatos entre diferentes culturas remontando às guerras médicas em que colidiram o mundo político grego com o Império Persa³; e também ao fato da partilha administrativa do Império Romano entre duas cortes no eixo longitudinal Oeste-Leste, representados respectivamente por Roma e Constantinopla, e que mais tarde foram denominados Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente. Contudo, foi apenas com a ascensão do cristianismo que

² Pois Ocidente é etimologicamente derivado do Latim "*occidentis*" que significa poente, isto é, o Oeste.

³ Se bem que alguns autores mencionam a Guerra de Troia como primeiro encontro entre Ocidente e Oriente (Holland, 2005, p. 15, 157).

a conjugação cultural dos elementos básicos com os quais se associa hoje a civilização ocidental ficara completa, pois como toda civilização é uma realidade cultural, o Ocidente só poderá ser definido, a partir de então e em rasgos gerais, como uma síntese de *filosofia grega, direito romano e teologia judaico-cristã*. Tanto assim que, o que hoje se denomina Ocidente por muito tempo chamou-se Cristandade Ocidental. (HUNTINGTON, 1996, p.46, 69)

Ainda que em seu o princípio o critério oferecido pela rosa-dos-ventos servira de referência espacial, sobretudo quando o Ocidente encampava as regiões da Europa que bordeavam o litoral atlântico, com o tempo, a formação dos assentamentos europeus nas Américas e na Oceania fez com que a referência geográfica do Ocidente como Oeste deixasse de ser essencialmente relevante para sua definição (MCNEILL, 1997, p.514; FERGUSON, 2013, p. 39). Como historicamente a civilização ocidental é associada ao continente europeu (HUNTINGTON, 1996, p. 47), o próprio EUA, até pelo menos o início do século XX, se viam isolados do Velho Mundo e, portanto, assumiam-se diferenciados de um Ocidente que, neste ponto, significava precipuamente as metrópoles dos Impérios francês e britânico (MCNEILL, 1997, p. 514). Porém, com as intervenções americanas nos cenários europeus tanto da primeira como da segunda guerra mundial, a concepção de Ocidente passou a incorporar a ideia de civilização que perpassava o eixo norte-atlântico, isto é, passou a equivaler à uma civilização euro-americana, mesmo quando contava entre seus pares países como Austrália e Nova Zelândia, que formavam as presenças ocidentais mais “distantes” do Ocidente geográfico (HUNTINGTON, 1996, p. 47). Ora, esses movimentos de expansão e traslado são bem característicos da dinâmica tipicamente cultural das civilizações pois elas podem, e sofrem, mudanças ao longo da sua existência. Tanto que, desde a segunda guerra mundial, passando pela Guerra-Fria até os dias de hoje, o Ocidente tem os EUA como o principal país que mais o representa e o compõe.

Um equívoco comum, apontado por Huntington, é igualar a civilização ocidental com o processo de modernização das sociedades, a ponto de se assumir que os países que se modernizam, sofrem uma ocidentalização das suas culturas. Por modernização se quer dizer o resultado da industrialização da economia, da urbanização, da diminuição do analfabetismo, da educação profissional, do incremento na riqueza geral e da mobilização entre classes, tudo isto resultando em

uma sociedade de estruturas ocupacionais diversas, tecnológica e cientificamente avançada. Todas essas transformações podem ocorrer sem que elas levem necessariamente a uma ocidentalização dos valores daquela sociedade. Isso implica dizer que o Ocidente, se bem mui moderno e líder na modernização, não se reduz a isso. Ou seja, “o Ocidente era Ocidente muito antes de ser moderno”, como diz Huntington. Porém que características são estas que já distinguiam o Ocidente de outras civilizações antes mesmo de se modernizar?

Primeiro, uma acentuada influência da herança clássica greco-romana. Não somente do racionalismo da filosofia grega, mas também as leis romanas e o Latim como influência idiomática, além do cristianismo como religião que historicamente amalgamou a civilização ocidental. Aliás, por isso mesmo, o Cristianismo – que é a segunda característica- é colocado por Huntington como sendo a mais importante da civilização ocidental. Por mil anos o Ocidente era a Cristandade ocidental (*‘Western Christendom’*), mas que depois da Reforma, esta unidade cristã passou a ser dividida entre um norte europeu protestante e um sul católico. Terceiro, o fato da multiplicidade de línguas europeias que, ainda que podendo ser classificadas entre dois grandes grupos de línguas românicas ou germânicas, demonstram a multiplicidade cultural que se encontra na Europa, e conseqüente no Ocidente. Quarto, a separação entre autoridade temporal e espiritual ofereceu uma dualidade cultural tipicamente ocidental; sendo os embates entre o poder da igreja e do Estado contribuintes para o desenvolvimento do conceito de liberdade no Ocidente. Quinto, o império da lei como característica civilizacional, especialmente herdada dos romanos, e a própria ideia do direito natural como valorização do indivíduo e a invenção do constitucionalismo como limitação do poder monárquico, o qual contribuiu para a limitação do arbítrio, o que eventualmente levou a valorização dos direitos e liberdades fundamentais como a livre expressão, o livre pensamento, o direito à vida e propriedade privada. Sexto, o pluralismo social que caracteriza o Ocidente é uma consequência da variedade de associações possíveis entre os indivíduos, desde clãs familiares, passando por ordens monásticas á associações profissionais de classe e às seitas secretas, como os maçônicos. Ao contrário de outras civilizações onde, por vezes, a sociedade dividia-se entre campesinato, uma burocracia imperial e uma aristocracia débil como foi muito tempo na Rússia e na China, a sociedade ocidental ainda que com um campesinato substancial soube nutrir uma classe suficientemente autônoma de comerciantes e

mercadores, assim como uma aristocracia que pudessem gerar uma dinâmica de pugna e compartilhamento de interesses e poder que não resultasse em uma estagnação da sociedade e, conseqüentemente, um decaimento civilizacional. De modo que, a sétima característica, seria o uso de corpos representativos, desde a Ágora grega, o Senado romano, os concílios eclesiásticos, as assembleias e os parlamentos europeus onde as diferentes classes poderiam ser ouvidas e o exercício de poder político feito em formas embrionárias da democracia moderna. Ainda quando esses corpos representativos sofreram extinção ou sofreram esta ameaça, como no período do absolutismo monárquico, eles puderam ser recuperados por movimentos sociais revolucionários e/ou de descentralização do poder central pelo incremento da autonomia local. Por fim, a oitava característica do Ocidente é o individualismo, isto é, “a aceitação do direito de escolha individual” por sobre a coletiva. Esse traço é reconhecido por ser próprio do Ocidente por diversas civilizações não-ocidentais. (HUNTINGTON, 1996, p. 71-72)

Por fim, é importante salientar que tais características principais do Ocidente sofrem variações de intensidade ao longo de sua história e divergem em algo nas distintas culturas de cada país. A suspensão desses valores por certos períodos de tempo, como foi em alguns países da Europa durante parte do século XX por diferentes ditadores e governos autoritários, é em geral a exceção à regra e não representam a trajetória civilizacional que o Ocidente vem realizando ao longo dos séculos. Ademais, essas características permitiram ao Ocidente modernizar-se, sem que a modernização representasse a extinção desses valores essenciais da sua civilização. (HUNTINGTON, 1996, p.72)

4. BRASIL COMO PARTE INTEGRANTE DO OCIDENTE

Aristóteles na sua obra chamada *Política*, no Livro I, afirma que o conhecimento da gênese e do desenvolvimento de um Estado, ou de qualquer outra coisa, avaliza ter uma visão mais clara daquilo que se estuda (ARISTÓTELES, 2004, p.144). Portanto, faz-se necessária uma breve análise das origens portuguesas do Brasil por haver sido este último não só sua colônia, para além disso, como se verá adiante, fora também uma extensão umbilical nas Américas do império português, como ficará demonstrado.

O divisor de águas para a ascensão do Ocidente é marcado entre os séculos XIV e XVI quando, por uma série de eventos, o curso da história mundial foi alterado radicalmente (COX & CAMPANARO, 2016, p. 35). Na vanguarda dessas mudanças posicionavam-se as nações ibéricas de Portugal e Espanha em estágios avançados de centralização política e desenvolvimento tecnológico náutico que possibilitaram as Guerras de Reconquista e as Grandes Navegações (LAFER, 2001, p. 26). Assim, Portugal, como membro plenipotenciário da civilização ocidental (FERGUSON, 2013, p. 39), incorpora e encarrega seus navegantes, em especial Vasco Da Gama, para serem arautos nos périplos oceânicos, que não tardaram em se tornarem a espinha dorsal da cultura portuguesa. Prova disso é a epopeia d' *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões de 1572. Ali encontram-se aqueles elementos basilares da civilização Ocidental, de referências à Roma, à Grécia e à Cristandade, como exemplificam essas estrofas do canto primeiro:

AS armas e os Barões⁴ assinalados
 Que da Ocidental praia Lusitana
 Por mares nunca de antes navegados
 Passaram ainda além da Taprobana⁵,
 Em perigos e guerras esforçados
 Mais do que prometia a força humana,
 E entre gente remota edificaram
 Novo Reino, que tanto sublimaram;

E também as memórias gloriosas
 Daqueles Reis que foram dilatando
 A Fé, o Império, e as terras viciosas
 De África e de Ásia andaram devastando,
 E aqueles que por obras valerosas
 Se vão da lei da Morte libertando,
 Cantando espalharei por toda parte,
 Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

Cessem do sábio Grego e do Troiano
 As navegações grandes que fizeram;
 Cale-se de Alexandro e de Trajano
 A fama das vitórias que tiveram;
 Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
 A quem Neptuno e Marte obedeceram.
 Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
 Que outro valor mais alto se alevanta.

[...]

Vós, tenro e novo ramo florecente
 De ãa⁶ árvore, de Cristo mais amada

⁴ Ou varões.

⁵ Ilha do extremo sul asiático, discute-se se é Ceilão, atual Sri Lanka, ou Sumatra.

⁶ Uma

Que nenhua⁷ nascida no Ocidente,
 Cesárea ou Cristianíssima chamada
 (Vede-o no vosso escudo, que presente
 Vos amostra a vitória já passada,
 Na qual vos deu por armas e deixou
 As que Ele pera⁸ si na Cruz tomou);

(CAMÕES, 2000, p. 1-3)

Desses primeiros movimentos náuticos capitaneados por Portugal e Espanha, deflagrou-se o processo incipiente de globalização que culminou com o achamento⁹ da América, do Brasil e do caminho às Índias. De tal forma que, como diz Rubens Ricupero em *A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016* "... a própria existência do país [Brasil] não passa de desdobramento da expansão do Ocidente. " (RICUPERO, 2017, p.36)

A medida que a colonização lusa foi acontecendo, os povoadores deste território, que viria a ser o Brasil, buscavam implantar aqui uma reprodução adaptada de suas origens europeias, de jeito que sucintamente, no conjunto da obra, vale dizer da colonização brasileira ter sido ela a combinação de *Mundo Novo e Velha Civilização*. Sendo este, aliás, o título do primeiro capítulo do livro *As Raízes do Brasil* do sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, quem assevera já nas linhas iniciais do seu escrito que,

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas a sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. (HOLANDA, 1995, p.31).

De fato, com a vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1807 esse traslado europeu às terras americanas realizou-se da forma mais visceral possível. Pese os diferentes nomes que lhe foi atribuída a essa "internalização da metrópole", ela

⁷ Nenhuma

⁸ Para

⁹ A palavra *achamento* é usada aqui devido ao fato de ser o termo exato utilizado por Pero Vaz de Caminha em carta ao Rei de Portugal, D. Manuel I, na qual contava-lhe a novidade da existência de terras brasílicas.

surpreende por diversos aspectos (RICUPERO, 2017, p.89-90). Não apenas a família real portuguesa mudou-se, mas junto com ela toda a Corte, ministros, conselheiros, funcionários do Tesouro, Juízes da Suprema Corte, o alto clero; enfim, um séquito de 10 a 15 mil pessoas esvaziaram Lisboa, e junto com eles o aparato administrativo da metrópole (FAUSTO, 2018, p. 67). É como se Portugal mesmo houvesse decidido, como uma nau cabralina, levantar ancoras e zarpar rumo ao Brasil! Um evento como este é sem igual na história europeia, tanto em escopo como em duração (SCHULTZ, 2008, p. 15). Ainda que Dom João pudesse permanecer em Portugal e fazer frente ao exército Napoleônico que se avizinhava, contra o qual teria boas chances de sucesso devido ao apoio de 7000 mil combatentes britânicos e ao estado de exaustão moral e física dos soldados franceses, lhe pareceu melhor seguir o alvitre arquissabido de buscar refúgio no Brasil. Esta ideia já era aventada desde pelo menos 1640, com o Pe. Antônio Vieira, mas que vai tornando-se cada vez mais necessária à medida que as ameaças a soberania de Portugal, pelo contexto de disputa do equilíbrio de poder europeu, por países cujos recursos de força excediam os da nação ibérica fazendo-a minguar frente a seus vizinhos continentais e tornando-a cada vez mais dependente de sua posse mais rica, o Brasil, e de seu aliado mais forte, a Inglaterra. (GOMES, 2007, p. 52-55; SCHULTZ, 2008, p.15)

Muito representativa desta visão é a carta secreta do embaixador português em Paris, D. Luís da Cunha, de 1736, em que sugere a transferência da corte para o Brasil na qual o Rei português tornar-se-ia o “Imperador do Ocidente” e que desde os trópicos nomearia um vice-rei para governar Lisboa. Pois, “*o príncipe, para poder conservar Portugal, necessita totalmente das riquezas do Brasil, e de nenhuma maneira das de Portugal [...] de que se segue que é mais cômodo, e mais seguro, estar onde se tem o que se sobeja, que onde se espera o de que se carece*” (DA CUNHA apud NUNES, 2015, p.11; MAXWELL, 2001, p.24; BOXER, 1962, p. 323-324; GOMES, 2007, p.47). Assim terminou por acontecer que com a chegada de D. João, escoltado pelos ingleses, foi decretada a abertura dos portos pondo fim ao exclusivo metropolitano, e para além disso, a transferência da política externa lusitana que passara ser feita desde o Rio de Janeiro, transformando-o em centro do império português¹⁰ no mundo (FAUSTO, 2018, p.68). A Coroa tomava cada vez mais

¹⁰ Ainda hoje nota-se a importante consequência disso no sotaque carioca, pois é no Brasil aquele que mais se aproxima ao português de Portugal.

medidas para unir Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino, com fomento do famigerado Talleyrand, Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, que no Congresso de Viena em 1815 teria dito aos representantes portugueses que *“Convém a Portugal, e mesmo a Europa toda, que se mantenha por um prazo longo quanto for possível, o enlace entre as vossas possessões europeias e americanas.”* Pois, *“[seria] uma fortuna que se estreitasse por todos os meios possíveis o nexo entre Portugal e o Brasil; devendo este país, para lisonjear os seus povos, para destruir a idéia de colônia, que tanto lhes desagrada, receber o título de reino, e o vosso soberano ser rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil.”* (RICUPERO, 2017, p.112)

Tudo isso demonstra, como já fora aferido, que a colônia havia se tornado maior que a própria metrópole europeia. De fato, *“politicamente, o Brasil deixou de ser colônia de Portugal em 1815, quando elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, com o Rio de Janeiro tornando-se o centro do Império luso-brasileiro”* (DORATIOTO & VIDIGAL, 2014, p. 8). Todas essas mudanças, terminou por fornecer ao Brasil o conhecimento mais íntimo das formas administrativas e burocráticas necessárias para que se organizasse o Estado nas formas monárquica e centralizada. De modo que, ao declarar independência de Portugal em 1822, D. Pedro I estaria formalizando um fato da realidade prática que já se vinha desenvolvendo de forma linear e irreversível, permitindo dizer ter nascido o Brasil já “adolescente” pois dispunha com um *“Estado minimamente operacional, que contava com estrutura administrativa e com Exército e Marinha nacionais, dos quais participavam mercenários”* (DORATIOTO & VIDIGAL, 2014, p. 8).

Estes fatos demonstram o quão relacionados estavam os processos independentistas do Brasil, e da América Latina, com os acontecimentos alhures da Europa, e em menor medida, dos EUA¹¹. Tal envolvimento não se traduziu em capacidade de modificar ativamente os eventos históricos do outro lado do Atlântico, isto é, foi um envolvimento como que por reflexão espucular: a América Latina refletia passivamente o que na Europa sucedia, sem ter ali qualquer protagonismo, apenas retirando-lhe de lá a fonte causal das consequências que viria sofrer aqui. No entanto, com respeito ao Brasil, deu-se uma forma diferenciada deste fenômeno, uma vez que este país terminou adotando parte daquilo que refletia, emanando de si mesmo uma luz própria, original, distoante de seu entorno, e por isso viveu uma independência *sui*

¹¹ Vide a Inconfidência Mineira e a Revolução de 1824, por exemplo.

generis – uma ruptura dentro de uma continuidade inovadora. Ruptura, por declarar independência; continuidade, por ter sido declarada por D. Pedro I - uma monarquia hereditária cujo trono seria ocupado por um português! - ; inovadora, por fazer na América republicana um império, centralizado, constitucional e liberal, sem deixar dissolver o país em guerra civil ou desmembrações separatistas.

Tal evento serve como exemplo onde um intento de conservação, com o uso de soluções novedosas, tomam formas que podem ser elas mesmas um tanto revolucionárias. Trata-se de uma dinâmica da criação, que absorve o novo e ao incorporá-lo inaugura uma regeneração característica. Este é um processo tipicamente Ocidental; de ponto, contraponto e síntese, onde permanência e mudança são tão partes do processo civilizatório que a existência de uma herança não exclui a construção de um legado próprio, pelo contrário, estimula-o e leva-o a novos patamares de desenvolvimento. Com as ideias liberais da época, realizou-se no Brasil, a novidade da monarquia constitucional na América que outorga a constituição de 1824. Nela, ainda que vacilante quando concerne a escravatura no Brasil (LAFER, 2001), *“consagrava tudo o que de melhor se formulara em matéria de garantias individuais, na linhagem direta da Declaração do Direitos do Homem exarada pela Revolução Francesa.”* (HOLANDA, História Geral da Civilização Brasileira, 2003, p. 288)

É na conjugação destes fatores distintivos que puseram o Brasil numa posição diferenciada frente a seus vizinhos latino-americanos. Enquanto, em 1815 zarparam de Espanha a expedição do General Pablo Morillo com 10 mil homens para sufocar o movimento independentista em Caracas, pelo menos a mesma quantidade de pessoas da elite lusitana já haviam zarpado de Lisboa ao Brasil *sete anos antes* para fazer do Rio de Janeiro sua sede imperial do Ocidente. De modo que, ao mesmo tempo que o general Morillo descrevera sua campanha dizendo *“não ter deixado vivo no reino de Nova Granada um só indivíduo de suficiente influência ou talento para conduzir a revolução”* fazia-se algo muito diferente na América lusitana, elevando-a a condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Enquanto no Brasil em 1822, D. Pedro I declara independência com o grito do Ipiranga, no México a independência era feita um ano antes, levando 10 anos de guerra e aproximadamente 1 milhão de mortos, um sexto da população! (CAMPOS, 1991, p. 97; PRADO & PELLEGRINO, 2014, p.37). Por isso, a concepção entre as elites do império de ser o Brasil um reduto

‘civilizado’ de relativa paz e estabilidade em contraste com as violentas, instáveis e ‘bárbaras’ repúblicas da América Hispânica. (BETHELL, 2010, p. 461)

A classe intelectual brasileira de então buscando, sempre na Europa, em especial na França, a fonte de suas ideias, inspirou-se largamente no pensamento de Benjamin Constant para realização da Constituição de 1824 (BETHELL, 2010, p. 461). Nessas ideias jaziam a fonte do Poder Neutro, que na Lei Magna chamou-se Poder Moderador, cuja faculdade fez do monarca, em especial de D. Pedro II, o órgão político mais precípuo para consolidar a nação, impedindo abusos e mantendo o equilíbrio harmônico entre os poderes (LAFER, 2001. pp. 33-34). Aliás, muito contribuiu para isso a personalidade do imperador D. Pedro II que por ter começado a reinar muito jovem (aos 14 anos!) inspirou-lhe a deferência apropriada para os assuntos de Estado que fê-lho ajustar *“como uma luva as atribuições do Poder Neutro. [...] Fazendo do Brasil um excepcional campo de teste.”* (HOLANDA, História Geral da Civilização Brasileira, 2003, p. 296). De modo que,

A criação [...] do Poder Moderador, embora simples rótulo errado no contexto da Lei Magna, contribuiu muito para que funcionasse [...] um regime aparentado com o ideal dos quatro poderes e que daria ao Império uma posição de ilustre companhia, ao lado do leão britânico. (HOLANDA, , 2003, p. 296)

Ao aproximar o fim do século XIX, em termos políticos, o Brasil assimilava-se as formas ocidentais, precipuamente europeias de organização, excetuando-se os aspectos econômicos onde persistiam relações pré-capitalistas de produção agro-exportadora de matriz escravocrata. Essas relações eram vistas como uma barreira à modernização, distanciando o Brasil de seus pares ocidentais que a passos largos avançavam em direção a uma sociedade de massas e capitalista. À força das ideias da época, que permeavam a intelectualidade de então, surigram setores que buscavam modernizar ou *civilizar* o país, como era muitas vezes dito, pelo processo de industrialização. Apesar das muitas correntes industrialistas, prevaleceu a mais frequente, que foi a de complementariedade entre setor primário e secundário; ou seja, a industrialização sem deságio da agricultura, pois ambas eram vistas como necessárias. Também prevaleceu a pecha de que o Liberalismo como doutrina econômica seria o responsável por condenar o país à produção primária e estagnação; de modo que, somente pela proteção da indústria nascente nacional pelo Estado, em especial mediante tarifas aduaneiras, consegueria fazer-se frente a concorrência desleal estrangeira e garantir a independência do país pelo

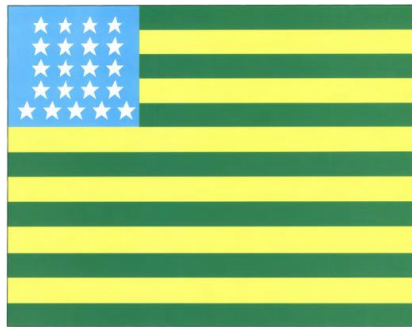
fortalecimento interno de suas indústrias nacionais. Por isso, uma grande parte da crítica desses setores dirigia-se à monarquia que, tendo como principal base de sustentação política os grandes cafeicultores escravocratas do Vale do Paraíba (FAUSTO, 2018, p. 103, 111), era associada “ao marasmo, à vida rural, ao atraso e à escravidão”¹² (FONSECA, 2004, p.233). De modo que, no livro “*O trabalho nacional e seus adversários*” publicado em 1881 no Rio de Janeiro traz no capítulo “*Manifesto Industrial*” certas denúncias e diretrizes que bem ilustram o dito anteriormente

[...] Enquanto o Brazil não se reger pelo regime protetor a Inglaterra continuará a explorar-nos como consumidores; aliás em vez dos seus produtos fabricados teria de exportar-nos seus operarios e seus capitais.[...] Aquela nação, depois de avigorada em um regime quase proibitivo por séculos, que possui uma população educada na escola da indústria altamente protegida e fora de concursos, é hoje grande pregoeira do livre-cambio. Por isso considera-se lá atrasados em civilização os Estados Unidos da América do Norte que afirmam sua riqueza no regime protetor, trilhando o caminho antigo da metrópole e por isso atraído para seu seio e assimilando uma perene imigração de operarios e pequenos capitalistas.[...] À sombra da bandeira estrelada, entretanto, têm eles desenvolvido uma atividade industrial que já excede o consumo interno e expande-se em correntes de exportação. E conquanto seus produtos concorram já em todos os países mais industriais, nem por isso julgamos os americanos do norte prejudicial esse sistema protetor ao qual, mais ainda do que às libérrimas instituições, devem o progresso material de sua nação.[...] Debalde se oferece à nossa imitação o quadro brilhante de prosperidade americana. O Brazil não perde de vista a plateia da Europa. Daí a política anti-americana aqui trilhada em todas as relações exteriores, o sistema econômico que arruinou a nossa marinha mercante e paralisa a indústria nacional, prolongando-se o regime colonial apesar da vã solução de continuidade de 1822[...]. Nos países novos não pode medrar a indústria sem alento dos altos poderes do Estado. Todos os governos civilizados começaram assim, favorecendo o desenvolvimento do organização industrial, cujos elementos as grandes cidades principalmente encerram em seu seio.” (INDUSTRIAL, 1881, p. 21-22)

Desprende-se do disposto acima que, como já afirmado em parágrafos anteriores, a modernização do Brasil iniciou-se tardiamente e tomou, sobretudo, o exemplo norte-americano a ser seguido. Por isso, não é surpreendente que ao ser declarada a República em 15 de Novembro de 1889 fosse hasteada por José do

¹² Interessante notar que fora justamente durante a monarquia que se deram os primeiros passos em direção a modernização capitalista do país. Podemos mencionar a extinção do tráfico de escravos em 1850, que liberou uma importante monta de capitais que deram origem a outros negócios como bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor, etc. Em 1871, aprovou-se a Lei do Ventre Livre; em 1885 a Lei dos Sexagenários ou Saraiva-Cotegipe e, por fim, em 1888 por uma disposição do próprio imperador e seus conselheiros, e a revelia das bases econômicas cafeeiras que sustentavam ao império, foi assinada a Lei Áurea pela Princesa Isabel (FAUSTO, 2018, p.122). Para além disso, a construção a partir de 1856 da estrada União Indústria ligando Petrópolis, no Rio de Janeiro, a Juiz de Fora, em Minas Gerais. Empreendimentos ferroviários no Nordeste com capital inglês para escoamento de açúcar, em especial Pernambuco. Também no centro-sul as ferrovias se faziam presentes entre a Zona da Mata em Minas Gerais e o Oeste Paulista, beneficiando o escoamento da produção cafeeira. Também se interligou Rio de Janeiro a São Paulo pela ferrovia da Central do Brasil a Cachoeira, desde aí até a capital paulista (FAUSTO, 2018, p. 109).

Patrocínio em frente a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aquela bandeira que ficou conhecida como Bandeira Provisória da República, nitidamente de inspiração norte-americana. Esteve hasteada por 4 dias e foi inclusive posta no navio *Alagoas* que transportou a família Real para a Europa (COIMBRA, 2000, p. 285). Sua curta vida deu-se pela forte crítica dos positivistas da república que a acusavam de ser mera imitação da norte-americana, ainda que tenha permanecido o nome oficial do Brasil como *Estados Unidos do Brasil* desde 1889 até 1968.



Bandeira Provisória da República, baseada na sua equivalente do Clube Republicano de Lopes Trovão, que a sua vez remetia a bandeira norte-americana.

Faz-se necessária uma descrição mais aprofundada sobre os Positivistas no Brasil, uma vez que deixaram marcas profundas no cenário político nacional e representaram entre o fim do século XIX e grande parte do século XX a grande força política alternativa ao Liberalismo. O Positivismo, ou a filosofia Comteana, foi um produto direto das revoluções científica, industrial e política que transformaram a Europa do século XIX colocando-a na vanguarda de tudo aquilo que considerava-se moderno, avançado e desenvolvido. A formação de uma sociedade de massas, de economia capitalista com geração de riquezas e grandes avanços tecnológicos firmaram ainda mais o sentido de progresso e avanço civilizacional que já vinham sendo cultivados desde o Iluminismo. De modo que, o francês Augusto Comte, o filósofo de Montpellier, acreditava que o último estado de desenvolvimento da humanidade seria a de uma ordem social científico-industrial (chamado estado positivo), uma vez abandonados os estados metafísico e teológico¹³. As leis científicas representariam a *ordem*, enquanto que o avanço de um estado metafísico ao positivo

¹³ É a chamada Lei fundamental dos três estados.

representaria o *progresso*. Por isso da nova bandeira do Brasil, a derradeira bandeira do Brasil, ter as palavras Ordem e Progresso escritas, já que idealizada pelos figurões do positivismo brasileiro Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos¹⁴ que repetidamente atribuíram a Benjamin Constant, outro figurão do positivismo (mas este teve apenas a função de interceder pela bandeira de Teixeira Mendes ante os altos escalões da República), remontando a força da doutrina positivista entre os líderes da Primeira República.



Bandeira da República dos Estados Unidos do Brasil estabelecido pelo decreto Nº 4 do governo provisório em 19 de novembro de 1889

No positivismo o Estado teria de ser forte, centralizador e, sobretudo, a forma ideal de governo seria uma ditadura republicana, tendo como fim “o bem comum” indo em contra, portanto, ao interesse individual que pregoava o Liberalismo; ou seja, o Estado tutelaria o bem-estar da coletividade (TORRES, 2018, p. 81; RODRIGUEZ, 2000, p.15). Para além disso, Comte buscou criar uma nova religião, a verdadeira religião, a religião da Humanidade com o fim de “construir a nova fé ocidental” e diz em seu Catecismo Positivista

Vimos, pois, abertamente libertar o Ocidente de uma democracia anárquica e de uma aristocracia retrógrada, para constituirmos, tanto quanto possível, uma verdadeira sociocracia, que faça concorrer sabiamente para a regeneração comum todas as forças humanas, aplicadas sempre conforme a natureza de cada uma. (*apud* REZENDE, 2001, p. 152)

Ainda sobre a religião comteana:

Penetrou, e teve grande êxito, em muitos países da América do Sul, sem que em nenhum lugar o seu êxito fosse maior do que no Brasil, a Canaã do Positivismo.

¹⁴ Ambos foram os fundadores do Apostolado e da Igreja Positivista no Brasil.

Organizado ainda no Império, atingiu o verdadeiro sucesso por ocasião da Proclamação da República. Influuiu nas almas religiosas, agiu como movimento de rua, atuou no Congresso, teve representantes no governo, impôs algumas fórmulas como a da Bandeira Nacional (LINS, 1962, p. 139-140)

O próprio Teixeira Mendes afirmava que “*a bandeira recorda também a nossa filiação com a França, o centro do Ocidente, e por esse lado nos prende a toda evolução humana passada – ao mais remoto futuro.*” (MENDES, 1889, p. 1-2). O positivismo fora especialmente marcante no Rio Grande do Sul onde o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) exerceu o poder por varias décadas mediante Júlio de Castilhos (1893-1898), Borges de Medeiros (1898-1928) e Getúlio Vargas (1928-1930)¹⁵. Quando Getúlio toma o poder no Brasil mediante um golpe em 24 de Outubro de 1930, torna-se o principal ator do cenário político brasileiro até 1954, ano de seu suicídio; ainda que, ao fazê-lo, continuou de uma forma ou de outra a influenciar politicamente os rumos da nação até 1964¹⁶. Com Getúlio inaugura-se uma

[...]nova relação entre Estado, economia e sociedade, ao sugerir que o primeiro deveria estar à frente das duas últimas, como forma de estimular seu desenvolvimento. Esta palavra gradualmente substitui o progresso, de matriz positivista, mas desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história; o governo deveria estar à frente de uma construção. (FONSECA, 2004, p. 250)

Assim, na conjunção de diferentes influências¹⁷, surge o *Desenvolvimentismo* como doutrina de economia política de grande relevância na história brasileira, que se bem inaugurada por Getúlio, teve a Juscelino Kubitschek como seu principal expoente. Em seu plano de metas havia 31 objetivos distribuídos principalmente no binômio energia/transportes, e a construção de Brasília que seria a meta síntese do lema do governo JK de crescer “50 anos em 5”. De fato, na perseguição a este desenvolvimento houve uma maior aproximação diplomática ao continente americano, tanto aos EUA como aos vizinhos latino-americanos. Assim, na esteira da

¹⁵ Mas também poderíamos mencionar os seguintes nomes: o governador do Pará Lauro Sodré, o governador do Espírito Santo Moniz Freire, o governador de Minas Gerais João Pinheiro e os deputados Antônio Olinto e Rodolfo Paixão, Leopoldo Bulhões que foi ministro da fazenda de Rodrigues Alves, os já mencionados Benjamin Constant e Marechal Deodoro e muitos outros membros das forças armadas (em especial o exército), além de advogados, médicos, engenheiros e professores da época.

¹⁶ Os diários de Getúlio registram desde seus tempos no Rio Grande do Sul uma “pulsão de morte” como diria Freud, e que são também uma consequência da influência do Positivismo pois Augusto Comte no Catecismo Positivista afirmava que os grandes homens da religião positivista apenas poderiam tornar-se “um órgão da Humanidade” na segunda vida. De modo que “Numa palavra, os vivos são sempre, e cada vez mais, dominados pelos mortos.” (REZENDE, 2001, p. 154)

¹⁷ Para maiores detalhes sobre as ideias que deram origem ao Desenvolvimentismo ver Fonseca, 2004.

visita hostilizada que teve o vice-presidente Nixon a Lima, no Peru, e a Caracas, na Venezuela Juscelino lança em junho de 1958 a Operação Pan-americana, o que posiciona o Brasil não só como mediador entre os EUA e uma América Latina com um crescente sentimento antiamericano, mas também como um participante ativo da dinâmica global que agudizava a disputa Leste-Oeste. Nas palavras do próprio presidente

Uma participação dinâmica [do Brasil] nos problemas de âmbito mundial – é este pelo menos o pensamento do meu governo – deve ser precedida de uma rigorosa análise da política continental. [...] Seria necessário promover-se uma aproximação dos Estados Unidos com a América Latina, por meio da execução de um programa de desenvolvimento econômico multilateral, a longo prazo. Sugerir, então, que esse movimento tivesse a designação de Operação Pan-Americana, de forma a refletir o caráter global de suas implicações, envolvendo todos os povos do hemisfério ocidental. [...] Indicando a chaga do subdesenvolvimento, que enfraquecia a cadeia de defesa do Ocidente. [Pois,] consentir que se alastre o empobrecimento neste hemisfério é enfraquecer a causa ocidental [assim a] valorização econômica dos países latino-americanos [seria] como ponto fundamental na defesa do Ocidente. (KUBITSCHEK, 2000, pp. 199,197,200, 203)

Pode-se dizer que o Positivismo, juntamente com o Desenvolvimentismo, constituíram o paradigma de grande parte do século XX da cultura política brasileira. Em outras palavras, foi o *Weltanschauung*¹⁸ de toda uma época. Inclusive durante o período dos governos militares, onde o Positivismo, desde a época da Proclamação da República, já havia sido assimilado no *esprit de corps*¹⁹ das instituições das forças armadas, em especial na do Exército. Assim que, uma vez eivados dessa cultura política, cumpriram-na mesmo sem que demonstrassem plena percepção das forças doutrinárias que lhes impelia e que terminariam por implementar. Como resultado final dessa busca brasileira pelo progresso, pelo moderno - enfim pelo desenvolvimento-, o Brasil foi a economia que mais cresceu no mundo entre 1930 até pelo menos a década de 1980 (VASCONCELLOS & GARCIA, 2019, p. 122). Ainda que hoje não possamos afirmar que o Brasil tenha atingido a categoria de país plenamente desenvolvido, tampouco pode-se negar que houve grandes avanços, tornando-se um país emergente, com bolsões de excelência (assim como de atraso), com uma sociedade urbana de massas, de matriz agroindustrial e capitalista. Por isso se diz ser

¹⁸ Visão de mundo individual ou grupal, aproximação filosófica frente a realidade.

¹⁹ Valores compartilhados pelos integrantes de um determinado grupo.

o Brasil um dos países recentemente industrializados (PRI)²⁰ juntamente com outros como China, Índia e África do Sul.²¹

Faz-se necessário, portanto, para ir dando remate ao assunto, extrair dos discursos do Brasil nas Nações Unidas aquilo que são outras evidências da autopercepção brasileira como parte integrante da civilização Ocidental.

Na XIV Assembleia Geral da ONU pelo Embaixador Augusto Schmidt em 1959

Membro originário das Nações Unidas, o Brasil sempre foi um dedicado defensor dos princípios e propósitos da Carta. Coerente com a sua formação **cristã e ocidental**, e com sua condição de país que deseja preservar o seu sistema democrático e o estilo de vida de seu povo, o Brasil se baterá sempre pela harmonia entre as nações, pela solução pacífica das controvérsias, pelo respeito ao Direito das Gentes e aos acordos internacionais. (CORRÊA, 2012, p. 183, *grifo nosso*)

Na XVII Assembleia Geral da ONU pelo Ministro Affonso Arinos em 1962

O Brasil, que é um país **cristão ocidental** com uma longa tradição de democracia, não tem a intenção de se separar de seus valores tradicionais. ” (CORRÊA, 2012, p. 218, *grifo nosso*)

Na XIX Assembleia Geral da ONU pelo Ministro Tristão da Cunha em 1964

[...] não podemos negar as **raízes ocidentais de nossa cultura e de nossas instituições**, que nos levam a manifestar nosso permanente interesse na manutenção do modo de vida democrático que o Ocidente busca preservar. (CORRÊA, 2012, p. 257, *grifo nosso*)

Na XX Assembleia Geral da ONU pelo mesmo Ministro Tristão da Cunha em 1965

A revolução científica está contribuindo dramaticamente para multiplicar a ameaça à paz e à própria sobrevivência da espécie. Qual a razão que impede os Estados de fazerem bom uso da ciência? No meu país – onde os valores éticos e espirituais estão profundamente arraigados na nossa cultura e na nossa história – excluimos, como explicação, um desencanto ou falta de fé nos preceitos éticos da vida e do homem, tal como criados e consagrados pela **nossa tradição cristã e ocidental, herança de nossa formação portuguesa**. ” (CORRÊA, 2012, pp. 268-269, *grifo nosso*)

²⁰ Ou em inglês *Newly Industrialized Countries* (NIC).

²¹ Esta situação de meio-termo entre desenvolvimento e subdesenvolvimento que nos caracteriza terá, como se demonstrará mais adiante no texto, uma importante consequência nas nossas concepções de modernidade e seus impactos, diferenciando-nos dos efeitos do existencialismo e niilismo modernos que sofreram, e ainda sofrem, grande parte das nações desenvolvidas.

Na XXXVIII Assembleia Geral da ONU pelo Presidente João Figueiredo em 1982

É inegável que a imensa maioria dos países em desenvolvimento – a começar por aqueles de expressão **nitidamente ocidental, como o Brasil**, mas incluindo outros de diferente conformação político-econômica – aspiram ao estreitamento e diversificação de suas ligações com o Ocidente desenvolvido, fonte valiosa de fatores de produção necessária a seu desenvolvimento. (CORRÊA, 2012, p. 510, *grifo nosso*)

Na XXXVIII Assembleia Geral da ONU pelo Ministro Saraiva Guerreiro em 1983

O Brasil é um país do **Ocidente** e do Terceiro Mundo, e a política exterior brasileira traduz, no plano internacional, a inestimável riqueza de nossa experiência histórica. (CORRÊA, 2012, p. 521, *grifo nosso*)

Na XL Assembleia Geral da ONU pelo Presidente José Sarney em 1985

O Brasil é um país de arraigados **ideais cristãos e ocidentais**. (CORRÊA, 2012, p. 557, *grifo nosso*)

Mais recentemente, em setembro de 2020, uma carta aberta divulgada pelo vice-presidente Hamilton Mourão no âmbito do Conselho Nacional da Amazônia termina com a seguinte frase “*pois respeito ao Estado de Direito é pilar básico do sistema democrático e da **civilização ocidental, a qual temos orgulho de pertencer.***” (apud CNN BRASIL, 2020, *grifo nosso*).

Além disso, como últimas evidências que corroboram esse pertencimento do Brasil à civilização Ocidental podemos citar o diplomata, sociólogo e cientista político Guilherme Merquior que em seu ensaio *O outro Ocidente* diz que a modernidade que sempre nos “esforçamos em obter e, contudo, sempre fracçamos em alcançar” faz da América Latina um

[...]outro Ocidente: mais pobre, e mais enigmático; um Ocidente problemático, mas não menos Ocidente, como o comprovam a linguagem, os valores, e as crenças de suas sociedades. Sociedades que não estão muito distantes, no que se refere aos diversos níveis de desenvolvimentos, daquelas da Europa do Sul, a quem ninguém usaria considerar menos ocidentais. (MERQUIOR, 1988, p. 87)

Outro exemplo é o do historiador e cientista político José Murilo de Carvalho que em uma entrevista comenta que quando criança estudou num internato dirigido por franciscanos holandeses no interior de Minas Gerais onde, no seu contexto rural,

recebeu uma formação religiosa com traços jansenistas²² por influencia de seu avô que havia estudado com lazaristas²³ do Caraça²⁴. Assim termina por dizer

Tive realmente um choque ao descobrir esse percurso de ideias e valores que partem de uma heresia do século XVII na França e se fazem presentes no interior de Minas . . . Isso é uma coisa extraordinária! Estudando cultura, eu nunca poderia formular uma hipótese nessa direção, ia considerar essa possibilidade estapafúrdia. No entanto, é real. O que faz com que, ao interpretar certas coisas brasileiras, certas tradições, não se tenha que ser tímido. Porque pode realmente haver esse tipo de transmissão, de transferência, de deslocamento de ideias e valores ao longo do tempo e do espaço, de uma maneira absolutamente difícil de suspeitar. José Guilherme Merquior já usou a expressão "outro Ocidente". Quem usou recentemente a expressão "Ocidente distante"? Li isso algum dia. Somos Ocidente! Um Ocidente distante, mas somos. Esse é um exemplo muito interessante disso. (OLIVEIRA, FERREIRA, & CASTRO, 1998)

Tendo feito este arrazoado histórico fica demonstrado a pertença do Brasil à civilização Ocidental, cabe agora explicitar em que sentido o Ocidente experimenta o Brasil partindo da atual situação em que se encontra o Ocidente.

O OCIDENTE EXPERIMENTA O BRASIL

Durante a maior parte do século XX o mundo ocidental viveu experiências opostas e extremas revelando em seu seio uma cisma, e uma alternância entre grandes avanços e grandes retrocessos (MORIN, 2010, pp. 20-21). Em termos de progresso tecnológico, científico e industrial o Homem Ocidental presenciou um impulso avassalador que lhe permitiu, ou ao menos deu-lhe a ilusão, de realmente controlar seu ambiente – e também seu destino –, e a partir dele retirar todos os recursos disponíveis para pô-los a serviço de seus próprios objetivos, poucas vezes perguntando-se sobre as consequências éticas, sociais, espirituais e ecológicas de suas atitudes coletivas. Como na cultura de seu tempo imperava o racionalismo

²² Movimento criado pelo bispo holandês de Ypres, Cornelius Jansenius (Jansen), no século XVII. Jansenius utilizou princípios de cariz reformista (sobretudo de Calvino) e conjugou-os com os do Catolicismo, ressuscitando neste contexto algumas ideias do Pelagianismo (as questões do pecado original, da graça e do livre-arbítrio). Defendia o Jansenismo que a graça seria concedida através da predestinação, contrariando a teoria de que seriam as ações tomadas de acordo com o livre-arbítrio característico ao ser humano que faria recair sobre si (ou não) a graça divina. (INFOPÉDIA, 2020)

²³ Congregação da Missão (*Congregatio Missionis*, CM), Lazaristas ou ainda Padres e Irmãos Vicentinos, é uma sociedade de vida apostólica masculina católica fundada em Paris, no dia 17 de abril de 1625, por São Vicente de Paulo (1581–1660). É composta por padres seculares e leigos consagrados (irmãos), que vivem e trabalham em comunidade e fazem os Votos de Estabilidade, Pobreza, Castidade e Obediência. Possui cerca de 3 500 membros, espalhados por diversos países e presentes em missões, seminários, paróquias, colégios e obras diversas de serviço aos pobres.

²⁴ Região montanhosa de Minas Gerais entre os municípios de Cata Altas e Santa Bárbara.

extremado e o cientificismo reducionista, numa espécie de “despotismo das luzes” tecnoburocrático, tudo isso culminou na inevitável redução da espontaneidade humana e liberdades individuais em detrimento do suposto progresso materialista e de projetos políticos revolucionários diversos (MORIN, 2010, p. 32; TARNAS, 2008, pp. 415-416). Assim, ainda que tenha havido um inegável avanço em muitas áreas do conhecimento, contraditoriamente se expandia uma debilitante sensação de anomia e mal-estar íntimo pelo abando quase completo das bases espirituais, que a sua vez foram a gênese da própria sociedade ocidental, que agora voltava-se contra si mesma em ímpeto autodestrutivo.

Com a “morte de Deus” decretada por Nietzsche ficaram socavadas as bases de valores metafísicos que sustentavam o Homem Ocidental, colocando a filosofia do empirismo científico e o consumismo mercadológico como eixos organizadores máximos da Humanidade, onde a Razão e o Materialismo derradeiramente se sobreporam à Fé, arrastando cada vez mais a civilização Ocidental a um crescente deserto de valores transcendentais. O terror das trincheiras, a potencialidade industrial a serviço da morte, os transtornos mentais e traumas da Grande Guerra, a Gripe Espanhola, as revoluções que consomem os seus próprios filhos como a Revolução Russa, a ganância sempiterna dos ganhos fáceis da Crise de 1929, a guerra civil espanhola, o avanço do caos generalizado e busca por segurança, vingança e poderes crescentes, o abandono das liberdades; os nazi-fascismos, os bombardeios a esmo, os campos de trabalhos forçados, as câmeras de gás, os ataques *kamikaze*, a ciência atômica a serviço da Vitória Final. Não por menos chamaram o século XX a “*Era dos Extremos*”. A medida que a Humanidade tomava consciência de si, fez-se necessário analisar-se e refletir sobre a própria existência humana. Assim

A angústia e a alienação da vida no século XX receberam articulação plena quando os existencialistas se dedicaram às preocupações mais cruas e fundamentais da existência humana: sofrimento, morte, solidão, medo, culpa, conflito, vazio espiritual, insegurança ontológica, o deserto de valores absolutos ou contextos universais, a impressão de um absurdo cósmico, a fragilidade da razão, o trágico impasse da condição humana. (TARNAS, 2008, p. 416)

O mundo, mas especialmente a Europa, viviam inexoravelmente no contexto da pós-segunda guerra e, logo, dentro da Guerra Fria, num estado de ânimo de esgotamento coletivo, cansaço axiológico, e de letargia das suas lideranças políticas frente a convivência da ameaça nuclear crônica - como diz Peter Sloterdijk no seu livro “*Se a Europa despertar*” -, “*os europeus terminaram cambaleando em direção a*

posição de reféns, presos entre as tenazes nucleares de Washington e Moscou”. Ante essa tensão extraordinária muitos na Europa e nos Estados Unidos desenvolveram um sentimento de desvalorização total de todas as coisas, presos entre um passado que colapsou e um futuro prestes a colapsar. A consequência é que se impregnaram de um *niilismo*, desiludidos interiormente, levando-os a um esvaziamento de projetos e valores que transcendessem a si mesmos frente à ameaça de destruição mútua a qualquer momento. À medida que se aproximava-se o fim do século XX, apenas as forças de mercado subsistiram e elas estipularam o ato de consumir como a máxima do *carpe diem* do pós-guerras, grande parte do Ocidente rendera-se à frivolidade do consumo, e instituíram-lo como o novo fundamento metafísico da vida e a *raison d'être* de sua liberdade. Em resumo,

O Homem ocidental representou uma dialética extraordinária no decorrer da Era Moderna — passando de uma confiança quase ilimitada em seus próprios poderes, seu potencial espiritual, sua capacidade de obter o conhecimento seguro, seu domínio sobre a Natureza e seu destino progressivo, para o que muitas vezes parecia ser uma condição brutalmente oposta: uma debilitante sensação de insignificância metafísica e inutilidade pessoal, a perda espiritual da fé, a incerteza no conhecimento, uma relação mutuamente destrutiva com a Natureza e uma insegurança intensa a respeito do futuro da Humanidade. Nos quatro séculos da existência do Homem moderno, Bacon e Descartes transformaram-se em Kafka e Beckett. (TARNAS, 2008, p. 421)

Paralelamente, no século XX surgiram o pensamento da Teoria Crítica, cujas origens remontam a Escola de Frankfurt e seu Instituto de Pesquisa Social, e logo depois o pensamento Pós-Moderno. Em particular, as ideias que conformam o pós-modernismo são variadas, complexas, não raramente ambíguas e de difícil sistematização, talvez já revelando neste fato parte de sua própria essência (SARFATI, 2005, p. 239; TARNAS, 2008, p. 422; MARCONDES, 2008, p. 279). Os pós-modernistas e os teóricos críticos compartilham o questionamento às formas de produção de conhecimento que afirmam a existência de uma realidade objetiva e que por meio da razão pura possamos acumular um conhecimento imparcial de mundo (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, pp. 189-190). No pós-modernismo, não existe uma distinção clara entre sujeito e objeto, senão que ambos estão imiscuídos na realidade, transformando-se mutuamente um ao outro. A crença na razão, na ciência, e a suposta verdade que elas produzem ficam contingentes às estruturas históricas de poder e, portanto, transformam-se em instrumentos de dominação. Baseado na relação poder-conhecimento, a história seria um encadeado de leituras excludentes

que determinariam as opções válidas nas relações sociais e políticas. Assim sendo, trata-se então de buscar, no pensamento da Teoria Crítica, uma leitura da história a partir da ótica dos excluídos, ao mesmo tempo que, no Pós-modernismo, recusa-se uma leitura objetiva da história, onde a verdade inexiste, substituindo-a por interpretações e perspectivas concorrentes, e a realidade torna-se no embate entre narrativas, apenas (SARFATI, 2005, p. 240). Muito do esforço pós-moderno, portanto, consiste na crítica aos discursos que se propõem a ser científicos, objetivos ou portadores de qualquer verdade. É o caso da crítica que oferece Derrida, propondo a *desconstrução* dos discursos da tradição filosófica Ocidental, expondo suas visões de mundo carregadas de categorias não objetivas, e baseadas em valores preconcebidos. Ou seja, não há neutralidade possível, tudo é uma interpretação, e nenhuma interpretação é definitiva. Trata-se então de uma “*hermenêutica da suspeita*” e

Portanto, para sermos corretos, não existe nenhuma “visão de mundo pós-moderna”, nem a possibilidade de existir uma. Por sua natureza, o paradigma pós-moderno é fundamentalmente subversivo em relação a todos os paradigmas, pois em sua essência está a consciência de que a realidade é ao mesmo tempo múltipla, local e temporal, desprovida de qualquer fundamento demonstrável. [...] Paradoxalmente, podemos aqui identificar algo da velha confiança do pensamento moderno na superioridade de seu próprio ponto de vista. [...] Implicitamente, o único absoluto pós-moderno é a consciência crítica que, desconstruindo tudo, parece forçado por sua própria lógica a desconstruir também a si mesmo. Este é o paradoxo instável que permeia o pensamento pós-moderno. (TARNAS, 2008, p. 429)

Alguns pensadores pós-modernos tem seus fundamentos no marxismo, como Jacques Derrida; outros da Teoria Crítica são apologeticamente neomarxistas e derivam dos textos filosóficos de Marx a força dos conceitos de materialismo dialético, a visão de determinismo e a perspectiva de alienação ontológica. (CASTRO, 2012, p. 378; TARNAS, 2008, p. 422; SARFATI, 2005, p.249) Para além disso, ambos derivam também do marxismo o papel fulcral que se lhes atribui à crítica, como se lê no artigo “O papel crítico do intelectual marxista” do jornal Novos Rumos o qual conclui com as seguintes palavras: “*Para o intelectual comprometido com o regime dominante, a ausência de crítica é atitude corrente; para o intelectual marxista a ausência de crítica é a negação de seu caráter marxista. A atitude acrítica e a atitude marxista são antitéticas, ou mais, uma exclui a outra – não há marxismo acrítico.*” (MIGLIOLI, 1962, p. 5; MARCONDES, 2008, pp. 233, 239, 268). De modo que, após a queda da União Soviética e o conseqüente fracasso do comunismo internacional, a função crítica

cumpriu e cumpre, tanto na Teoria Crítica como no pensamento Pós-Moderno, um fim em si mesmo, tornando-se a prática sucedânea àquela ideologia. (KONDER, 2010, pp. 58-60)

O Ocidente, portanto, vem percorrendo desde o século XX até os dias de hoje uma trajetória de esvaziamento da própria identidade, um tipo de processo autodestrutivo que leva a “perda de fé na civilização que herdamos de nossos ancestrais.” (FERGUSON, 2013, p. 376). Por isso fala-se numa crise do Ocidente, ou até mesmo em sua decadência, por parecer ele mesmo alheio a sua própria civilização, alijado de suas próprias raízes, sofrendo a corrosiva perda de seus ideais formadores, que ora constituíram sua identidade básica mas que hoje ela parece ter se diluído num esforço de autoesquecimento, desvanecendo a confiança característica do Ocidente em dar solução a seus próprios desafios.

Todavia, nem todos os povos do Ocidente experimentaram das mesmas convulsões na mesma intensidade ao mesmo tempo. Considerando que o efeito é consequência da causa, há de ser levado em conta que a cessão total ou em parte da causa também levará a uma cessão parcial ou total dos seus efeitos. Pelo que, pode-se dizer que a descrição acima das vivências ocidentais do último século, culminando na sua situação atual, foram experimentadas de formas relativas pelos diferentes povos e Estados do Ocidente, sendo que os que mais protagonizaram, mais receberam em si mesmos os efeitos diretos dos acontecimentos em tela. Especialmente, na Europa e na América do Norte, que foram ora palco, ora agentes precípuos das convulsões ocidentais, e por isso eles mesmos sofreram em si a maior parte dos impactos desses devires civilizacionais. A América Latina, distante pela geografia, experimentou-os também, de forma variada, às vezes filtrada por suas idiosincrasias particulares, e até mesmo com um “*delay*” desafiador às forças globalizantes, mas recebendo mesmo assim os impactos das mudanças, boas e ruins, que o Ocidente vivenciou. Dentro deste contexto, protegido das grandes linhas de tensão geopolítica mundial, o Brasil permaneceu observando, e participando ao longe do Ocidente. Tal condição, porém, não reflete suas aspirações íntimas, que se constituem, como ficou demonstrado acima, em reafirmar sua identidade e herança ocidental. A existência de atraso socioeconômico que se resiste entre a realidade e a plena realização daquelas aspirações, lhe é subterfúgio que impulsiona a busca de sua superação, e cujo processo de solvência vai significando a eliminação de

barreiras, diminuição das distancias, levando o Brasil a protagonizar e exercer cada vez mais sua identidade como pertencente ao Ocidente. Esta distância, contudo, sob certos aspectos, protegeu-o também. Como afirmou o embaixador Azambuja, o Brasil por estar aos bordos (*'sidelines'*) das grandes tensões de âmbito mundial, salvaguardou-se dos enormes custos, humanos e materiais, dos esforços²⁵ traumáticos da “Era dos extremos”. Todavia, a vivencia de parte dos devires filosóficos, ideológico-políticos que transcorrem nesses eixos ocidentais de tensão, suavizados pelo caráter geopolítico de coadjuvante e trabalhados pela idiossincrasia brasileira, foram e são insuficientes para a “desconstrução” do Ocidente nestas terras. Portanto, dir-se-ia que relegado a um certo remanso do mundo, fortaleceu-se aqui um Ocidente que se desgastou alhures.

A começar pela relação do Brasil com a vida moderna que contrasta e confirma a diferenciação, principalmente em relação à Europa, de que conservou-se aqui certo otimismo e vislumbamento com o moderno, que no Velho Continente chegou a ser visto como “a barbárie dentro da civilização”, um *Kulturpessimismus*. Um exemplo literário é a obra poética de Paulicéia Desvairada de Mario de Andrade, onde pôde-se fazer uma crítica social sem, no entanto, rejeitar a modernidade; pelo contrário, reage-se à vida moderna na cidade com certa satisfação. Assim como na proposta antropofágica de Oswald de Andrade na que, segundo a visão de José Guilherme Merquior,

A ideia geral não era nem a de respeitar nem a de repelir os valores e técnicas ocidentais, mas simplesmente a de devorá-los, quer dizer, digeri-los num espírito audacioso, agressivo e alegre de assimilação criativa. Esta foi a disposição do outro Ocidente no despertar de sua própria modernidade. (MERQUIOR, 1988, p. 90)

Por isso, enquanto no Ocidente se viveu a “ressaca” da modernidade, no Brasil experimenta-se ainda o aquele ânimo venturoso, próprio de povos que ainda não chegaram em sua plenitude material, de um futuro melhor, mais rico, mais industrial, mais moderno. Concepção esta que observa-se também como

²⁵ “[...] Nós estamos fora dos grandes eixos de tensão. Nós não estamos na linha dos grandes conflitos. [...] A geografia brasileira nos protege, o Brasil não tem vizinhos que o ameacem, o Brasil não está em nenhuma daquelas linhas de divisão de poder ideológica ou militar. Quer dizer, o Brasil tem uma posição confortável. A política externa tem um interesse acessório, mais de curiosidade do que de preocupação. Quando a gente lê um jornal brasileiro há um noticiário amplo sobre o mundo, mas não é por preocupação [sic] é como por ilustração. E às vezes, com um pouco de condescendência, nós achamos que o resto do mundo tem encrucas que nós não temos. Brasileiro geralmente tem uma sensação de que eles tiveram uma história e uma geografia mais confortáveis que deu a eles menos desafios, menos oportunidades, mas também menos conflitos.” (AZAMBUJA, 2018)

desdobramento característico da psicologia dos povos do Novo Mundo, onde tudo ainda estando por se fazer, exigiu de seus colonizadores a prática de um autoconvencimento de que a construção civilizatória nestas terras devesse gestar com grande esforço constante, progressivo, coletivo, harmônico e, invariavelmente, colocando no futuro a esperança de uma vida melhor. Stefan Zweig, um dos escritores austríacos mais lidos nas décadas de 1920 e 1930, fugindo da segunda guerra mundial refugiou-se em Petrópolis/RJ, animou-se desse otimismo brasileiro quando escrevera o livro “Brasil, um país do futuro” enquanto que ele mesmo decepcionava-se com as notícias de sua Europa natal envolta em guerras e totalitarismos, desenhando um futuro de si cada vez mais sombrio. Talvez, então, nascera daí o bordão bem conhecido de ser o Brasil “o país do futuro”, por mais que hoje tal dito seja acompanhado frequentemente da acautelada advertência dos próprios brasileiros de que deveria deixar de sê-lo para tornar-se “o país do presente”. Assim, frente a uma Europa de baixo crescimento, e um Estados Unidos da América cada vez mais ameaçado pelo crescimento Chinês, no Brasil ainda respira-se um ar de desbravamento interno de suas potencialidades econômicas inexploradas, enquanto que em outros lugares do Ocidente a disposição de espírito mais assemelha-se a um “declínio administrado” dos recursos já disponíveis. O Brasil, pelo seu tamanho e população, é – como diz George F. Kennan – um ‘*monster country*’, e, portanto, têm em si fronteiras internas ainda a serem desbravadas por mérito inerente às suas proporções, que se feito com sucesso, incrementaria a participação brasileira e do Ocidente na riqueza do mundo.

Desde o fim da segunda guerra mundial, o representante máximo e defensor geopolítico do Ocidente foi a superpotência norte-americana, defesa e representação estas que percorreram toda a Guerra Fria e da qual fez parte o Brasil alinhando-se em termos gerais aos EUA e aos Europeus na defesa de seus valores ocidentais. Historicamente, a política externa brasileira desenvolveu-se desde uma posição de inferioridade no que concerne as grandes potências, principalmente em relação aos termos econômico-militares. Por isso, em grande parte, a tendência brasileira à paz, ao direito internacional e ao princípio da não-intervenção, pois apenas por estes meios persuasivos poderia o Brasil dispor de força suficiente para fazer valer sua vontade no campo internacional (RICUPERO, 2017, p. 702; 707; 709). A própria ausência de recursos de poder efetivos nas áreas econômico-militar nos precaveu e nos persuadiu,

invariavelmente, para que nosso caráter diplomático não se desenvolvesse por outros caminhos, senão o pacífico. Desnecessário assinalar que os países Europeus e os EUA, pela suas particularidades históricas e exigências estruturais do sistema internacional ao que estavam mais intimamente inseridos, fizeram a escolha de afiançar-se no poder econômico-militar antes do poder do direito internacional e da diplomacia. Contudo, como acima ficou demonstrado, houve consequências danosas nos mais diversos níveis em função de tal caráter *realpolitik* das relações internacionais desses países, do qual derivou-se também uma íngreme curva de aprendizado internacional contribuindo para a atual conjuntura ocidental de estabilidade e paz entre si. De maneira que, guardadas as devidas nuances, modificaram-se as posturas internacionais das principais potências do Ocidente chegando a ter uma maior semelhança com as tradicionais balizas diplomáticas do Brasil em que, sem substituições ingênuas ao poder duro, pudessem, todavia, complementá-lo com o poder suave ou brando, coisa que o Brasil já há tanto tempo realizava como esforço sistemático de seu caráter internacional.

Entretanto, como afirmado mais acima, a religião é considerada como sendo o elemento cultural de maior influência na constituição de uma civilização. A religião deve ser, portanto, um dos aspectos mais relevantes pelo qual o Ocidente experimenta o Brasil. Sabemos que a civilização ocidental foi até o acontecimento da Reforma, conhecida como Cristandade Ocidental, e que a religião inevitavelmente molda a identidade coletiva tornando-se a principal força de mobilização da sociedade (HUNTINGTON, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, 1996, p. 66). Por isso, grande parte da história do Ocidente tem como pano de fundo as forças modulares que a Reforma e a Contrarreforma exerceram, por exemplo, entre o Norte e o Sul da Europa (HUNTINGTON, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, 1996, p. 60). A secularização moderna que viveu a Europa ao longo do século XX, resultou no abandono da religião pela sociedade em geral. Como demonstrado anteriormente, a substituição da religião por ideologias políticas acompanhadas de suas respectivas crises econômica, militar, política e social culminaram no intenso sentimento de alienação e de perda de identidade, ao passo que geravam a modernização da sociedade como um todo. Esta modernização, todavia, levou a um ressurgimento - e não um abandono - da religião em outros lugares do mundo, como na Coreia do Sul, mundo islâmico e Índia. Para além desses

lugares, na América Latina, e especialmente no Brasil, houve um vigoroso crescimento da religião cristã protestante evangélica enquanto a sociedade modernizava-se. Neste sentido, a modernização no Brasil significou um ressurgimento cultural e religioso, levando-o à confidência de uma reafirmação identitária ocidental cada vez maior (HUNTINGTON, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, 1996, p. 76). Assim que, sendo historicamente o maior país católico do mundo, o Brasil vem vivenciando um crescente número de evangélicos em relação ao número de católicos. Passando pelo começo do século XX, quando o catolicismo tinha uma aderência unânime por todo o país, para as projeções de que em 2022 haverá 50% católicos e 50 % protestantes, ambos com 60 milhões de adeptos, no Brasil (VEJA, 2020). Já em 2020, à exceção dos Estados- Unidos, o Brasil se tornou o país com maior número absoluto de protestantes evangélicos no Ocidente (FATH, 2020). Dessa forma, pode-se dizer que enquanto na Europa Ocidental proclamou-se a “morte de Deus”, na América Latina, em especial no Brasil, constatamos que “Deus ressuscitou” e que tomou particularmente a forma da fé protestante evangélica. Com a conservação, e sobretudo o reforço, do liame cristão à sociedade brasileira, torna-se corolário sua asserção identitária ao Ocidente, pois este historicamente tem sido cristão católico ou protestante.

Samuel Huntington no seu livro “*The Clash of Civilizations*” argumenta que a América Latina é a herdeira imediata da civilização ocidental e que, em geral, os eruditos dos estudos civilizacionais a incorporam como parte-componente da civilização ocidental, e que esta última seria tripartite compondo-se de Europa, América do Norte e América Latina (HUNTINGTON, 1996, pp. 44, 46, 136). Entretanto, o autor americano diferencia América Latina de outras partes da civilização ocidental tomando como subterfugio a ausência histórica de uma combinação cultural entre Protestantismo e Catolicismo, o que ele mesmo diz, na sua própria obra, que estaria mudando. Neste sentido o livro sente a passagem do tempo, uma vez que tendo sido publicado em 1996 e, portanto, há quase um quarto de século, não tem sido atualizado a fim de relatar as mudanças, em especial no aspecto religioso, da América Latina. Todavia, afirma

A América Latina poderia ser considerada ou uma sub-civilização dentro da civilização ocidental ou uma civilização separada, intimamente afiliada ao Ocidente, e dividida quanto a se seu lugar é ou não no Ocidente.²⁶ (HUNTINGTON, 1996, p. 46)

Mais especificamente, Huntington afirma que o Brasil, pelas suas proporções continentais, se qualificaria para ser o líder da América Latina, mas diz também que existem diferenças sub-civilizacionais entre o Brasil e seu entorno latino-americano, como por exemplo a língua, e a concorrência de outros candidatos a líder regional como a Argentina e o México (HUNTINGTON, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, 1996, p. 136). De fato, existem acentuadas diferenças, a ponto de se falar de um excepcionalismo brasileiro frente a seus vizinhos da hispano-américa (BETHELL, 2010); sendo evidências, por exemplo, deste fato a forma de independência mais pacífica que no Brasil se deu e as instituições políticas aqui engendradas, como descrito mais acima neste artigo. As particularidades brasileiras contemplam inclusive uma certa dissonância cognitiva entre a aspiração de liderança regional, ao mesmo tempo que, grande parte da população não se identifica como latino-americana. Uma pesquisa internacional de 2016 mostrou uma média de 43% entre os pesquisados de sete países regionais²⁷ que se identificavam como latino-americanos, com a notória exceção do Brasil onde 79% identificavam-se primeiro como brasileiros, seguido de 'cidadão do mundo' com 13%, e *como latino-americanos apenas 4%*, seguidos de sul-americanos com 1% (ONUJI, MOURON & URDINEZ, 2016). Existe uma delicada relutância do corpo diplomático brasileiro em atribuir ao país um vínculo rígido a sua identidade internacional, o que é em parte uma consequência de sua ambição global mediante uma liderança latino-americana, mas cuja população se identifica como pertencente ao Ocidente, sem grande identificação com a Latinoamérica (RODARTE, 2020; ONUJI, MOURON, & URDINEZ, 2016, p. 452; GUIMARÃES, 2020, pp. 1-3). Tal ambiguidade não é acaso, o Brasil é de fato, e sente-se algo alheio a seu contexto; assemelha-se, portanto ao Reino Unido frente a

²⁶ De fato, há momentos em que o próprio Huntington parece irresoluto sobre se América Latina pertence ou não a civilização ocidental, indecisão esta que ele não só descreve como também dela participa pois ora a tem afirmada, ora lhe faz ressalvas no seu próprio texto. Um exemplo é que, logo desta citação, Huntington afirma que por *uma questão de foco analítico* sobre as implicações de política internacional das civilizações é mais apropriado e útil (*“useful”*) diferenciar Norte América e Europa por um lado e Latinoamérica de outro. Todavia, vale dizer que as informações sobre a América Latina, e ainda mais sobre o Brasil, são extremamente escassas no seu livro, e, longe de terem foco detido em suas análises, são mencionadas meramente ao passar. Claramente, não foi do interesse de Huntington abordar com maior especificidade as nuances desta seara classificatória cujas quais são objeto deste artigo.

²⁷ Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru.

Europa continental no que ela mesma representa um entreposto transatlântico entre o americano e o europeu continental, conquanto a circunstância geográfica os une a estes últimos, mas os sentimentos de pertença nem tanto. Tal experiência britânica é próprio das ilhas, o que de forma alguma dispensa a experiência brasileira pois ela também exibe um caráter insular próprio frente a seu contexto regional (FULTON, 2020). Assim, tanto o Brasil como o Reino Unido veem, em geral, seus entornos geográficos imediatos em termos de custos e problemas, no lugar de ganhos e benefícios (SPEKTOR *apud* ONUKI, MOURON & URDINEZ, 2016). Huntington afirma que a América Latina é dividida quanto a sua autoidentificação como sendo parte, ou não, do ocidente (HUNTINGTON, 2002, p. 46). Todavia, como ficou demonstrado esta não é uma dúvida brasileira cuja autoidentificação é de marcada pertença à civilização ocidental.

Por fim, Huntington afirma que para preservar a civilização ocidental ante seu poderio em declínio, seria do interesse dos Estados Unidos e dos países Europeus, entre outras medidas, *“estimular a ‘ocidentalização’ da América Latina e, no máximo que for possível, um estreito alinhamento dos países latino-americanos com o Ocidente.”* (HUNTINGTON, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, 1996, pp. 311- 312). Ora, pelo exposto até aqui, somos levados a concluir que a experimentação do Brasil pelo Ocidente não é apenas uma conveniência, mas um interesse mútuo. Trata-se de um encontro de semelhantes, uma articulação geopolítica literal e intracivilizacional, onde a partir de afinidades culturais e históricas reafirmam-se os laços e constroem-se novas formas de complementariedade que podem perfazer novo vigor à civilização ocidental. Esta, por sua vez, se faria obra completa, culminando em edifício amparado sobre três colunas: a europeia, a norte-americana e a latino-americana da qual o Brasil, peça mor desta porção do Novo Mundo e confessamente ocidental, cumpriria a função de ser-lhe capitel - o ponto de apoio das partes articuladas. O Ocidente, então, experimenta o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após serem analisadas as características do que é uma civilização e, logo, as da civilização ocidental, foi feito um breve recorrido histórico de elementos culturais

que permitem posicionar o Brasil não apenas como um tomador de identidade ocidental, mas também como um país capaz de contribuir significativamente para um maior dinamismo civilizacional do Ocidente, sem prejuízo às aspirações genuinamente brasileiras. Pelo contrário, o engajamento do Brasil pelo Ocidente seria uma correspondência natural devido aos vínculos históricos, sociais e culturais entre este país e aquela civilização; uma vez que a autopercepção brasileira já interpreta o Brasil como inequivocamente ocidental.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Aristóteles - Vida e Obra*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- AZAMBUJA, Marcos de. *O papel do Brasil no século XXI*. (J. Spitzcovsky, Entrevistador). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E2OEh6C4nJ4> ; Acesso: 08 fev. 2020.
- BETHELL, Leslie.. *Brazil and 'Latin America'*. *Journal of Latin American Studies*, nº42, 457- 485, 2010.
- BOXER, C. R. *The Golden Age of Brazil 1695-1750*. 1 ed. London - England: University of California Press, 1962.
- CAMPOS, R.. *História da América*. São Paulo: Atual Editora, 1991.
- CASTRO, T.. *Teoria das Relações Internacionais*. 1ed. Brasília: FUNAG, 2012.
- PRODANOV, C. C. & ERNANI, D. de F.. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo, RS: Universidade FEEVALE, 2013.
- CNN, Brasil. PEIXOTO, SINARA. Disponível em: CNN BRASIL: [HTTPS://WWW.CNNBRASIL.COM.BR/NACIONAL/2020/09/19/SOMOS-O-PAIS-QUE-MENOS-DESMATOU-NA-HISTORIA-DA-HUMANIDADE-DIZ-MOURAO-EM-ARTIGO](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/09/19/somos-o-pais-que-menos-desmatou-na-historia-da-humanidade-diz-mourao-em-artigo); 19 DE SETEMBRO DE 2020.
- COIMBRA, R. O.. *A bandeira do Brasil: raízes histórico-culturais*. 3ª EDIÇÃO. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2000.
- CORRÊA, L.. *O Brasil nas Nações Unidas 1946 - 2011*. 3 ED. BRASÍLIA: FUNAG, 2012.
- COX, M., & CAMPANARO, R.. *Introduction to International Relations*. London: University of London, 2016.
- DORATIOTO, F., & VIDIGAL, C. E.. *História das Relações Internacionais do Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

- FATH, S. (07 de Novembro de 2020). <https://www.fatoamazonico.com.br>. Fonte: Fato Amzônico: <https://www.fatoamazonico.com.br/brasil-e-o-quarto-pais-com-mais-cristaos-evangelicos-aponta-pesquisa/>
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- FERGUSON, Niall. **Civilização**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.
- FONSECA, P. C.. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. *Pesquisa & Debate*, 225 - 256, 2004.
- FULY, Jonathann Schultz. **O Brasil como ilha metafórica e continental - sua insularidade e inserção no mundo**. *Revista de Análise Internacional*, Vol. 5; N. 1, 35 - 67, 2020.
- GUIMARÃES, F. de. **The uneasy 'well-placed' state: Brazil within Latin America and the West**. *Cambridge Review of International Affairs*, 2020.
- HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sergio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira. - Tomo II - O Brasil Monárquico**, vol. 3. 9ª ed. O processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HOLLAND, Tom. **The Persian Fire - the first world empire and the battle for the west**. New York: Anchor Books, 2005.
- HUNTINGTON, Samuel P.. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: SIMON&SCHUSTER, 1996.
- HUNTINGTON, Samuel P.. **The Clash of Civilizations- and the remaking of the world order**. London: Simon&Schuster, 2002.
- INDUSTRIAL, B. d.. **O trabalho nacional e seus adversários**. Rio de Janeiro, 1881.
- INFOPÉDIA, J. (17 de Outubro de 2020). *Porto Editora, 2003-2020*. Fonte: Infopédia: [https://www.infopedia.pt/\\$jansenismo](https://www.infopedia.pt/$jansenismo)
- KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. São Paulo, 1 ed.: Boitempo, 2010.
- KUBITSCHKEK, Jucelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LINS, A.. **A glória de César e o punhal de Brutus**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia - dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro, 12 ed: Jorge Zahar Ltda, 2008.
- MCNEILL, W. H.. **What we mean by the West**. *Orbis*, 513 - 524, 1997.

- MENDES, R. T.. **A bandeira nacional**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, ano 28, nº323 de 24 de nov. 1889.
- MERQUIOR, José Guilherme. **O outro Ocidente**. *Presença, seção Cultura/América Latina*, 69-91, 1988.
- MIGLIOLI, J.. **O papel crítico do intelectual marxista**. *Novos Rumos*, p. 5. 30 de Março - 5 de Abril de 1962.
- MORIN, E.. **Para onde vai o mundo?** 2 ed. Petrópolis, RJ.: VOZES, 2010.
- NOGUEIRA, J. P., & MESSARI, N.. **Teoria das Relações Internacionais - correntes e debates**. 24 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- OLIVEIRA, L. L., FERREIRA, M. d., & CASTRO, C. d. (1998, N 22). **Entrevista com José Murilo de Carvalho**. *Revista Estudos Históricos*, 357 - 377.
- ONUJI, J., MOURON, F., & URDINEZ, F. (2016). **Latin american perceptions od regional identity and leadership in comparative perspective**. *Revista Contexto Internacional*, Vol. 38, n 1, 433-465.
- PINTO, J. R., & al., e.. **Reflexões sobre Defesa e Segurança: Uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, 2004.
- PRADO, M. L., & PELLEGRINO, G.. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.
- REZENDE, A.. **Curso de Filosofia**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal editores LTDA, 2017.
- RODARTE, L.. *UOL notícias*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/24/brasil-nao-e-pais-ocidental.htm>; data de acesso em: 08 de Novembro de 2020.
- RODRIGUES, R. V.. **Castilhismo: Uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SCHULTZ, Kristen. **Versalhes Tropical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- TARNAS, Richard. **A epopéia do pensamento ocidental - Para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil LTDA, 2008.
- TORRES, J. C.. **O Positivismo no Brasil**. 3ª ed. Brasília: Editora Câmara, 2018.
- VASCONCELLOS, M. A., & GARCIA, M. E.. **Fundamentos de Economia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

VEJA, M. Z.. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/>. Fonte: Revista Veja: <https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032/>; data de acesso em: 7 de Novembro de 2020.

Artigo recebido em: 08/11/2020

Artigo aceito em: 06/01/2021